

LETRAMENTOS E IDENTIDADE CULTURAL: UM OLHAR SOBRE O GÊNERO ORAL CIRANDA

Autora: Profª Esp. Manuela Xavier R. de Souza;

Co-autor: Profº Esp. José Bartolomeu Junior

(Secretaria de Educação de Itapissuma - Pernambuco)

Resumo: A necessidade de um letramento eficiente acarretou um debruçamento acadêmico gingatesco na últimas décadas. Podemos hoje falar em multiletramentos, como sendo atos de leituras que envolvem articulações de diferentes modalidades de linguagem além da escrita, que podem ser a imagem (estática e em movimento), a fala e a música. Dentro desta perspectiva a apropriação do multiletramento traz consigo uma diversidade de contextos locais e globais que garantem protagonismo do alunado de todas as classes, gêneros e culturas.

O domínio do multiletramento, é uma variante significativa e reflexiva, que enxerga as práticas sociais dentro de suporte e gêneros diferente. Em se tratando de gêneros textuais sociais, a Ciranda vem com todo arcabouço social e cultural da história de Itamaracá, onde temos a episteme do movimento. A ciranda é um gênero oral, que não é escrito, pois é cantado e seus versos, também chamados de loas, são improvisados pelo mestre cirandeiro, que é quem comanda a roda de ciranda. Por tempos, a ciranda foi conhecida ou associada a brincadeiras de criança, mas não o é. Nasceu com as mulheres dos pescadores que os esperavam de longos períodos no mar, e quando eles aportavam dos barcos, às mulheres cantavam a ciranda em homenagem a chegada dos pescadores, dos peixes e frutos do mar.

Entendemos que o multiletramento reconhece a ciranda como uma pratica social cultural que não deve ser desprezada, mas reconhecida e valorizada, pois tal gênero oral traz em seu percurso representações históricas e lingüísticas dessa população.

Para tal entendimento buscamos levantamento metodológico de cunho documental, e qualitativo, pois entendemos que ambos podem nos ajudar de sobremaneira entender o fenômeno social que recai ante a ciranda dentro do multiletramento.

Palavras-chave: Ciranda, Cultura Popular, Gênero Textual.

OS LETRAMENTOS / MULTICULTURALIDADE E ESCOLA

O letramento, a alfabetização, a leitura, a escrita, todos esses termos tem causado grandes inquietudes e aberto um leque de respostas das mais variadas. No entanto, não adianta apenas encontrar diversas definições, se essas tais não têm espaço em sala de aula, ou pelo menos enquanto formos obrigados a entender algumas teorias na academia e na prática, no exercício do trabalho docente com leitura, letramento ainda seja determinado por quem pensa que sabe o que é alfabetização e letramento, quiçá, multiletramento, tornando o trabalho dos professores e professoras penoso.

Num país com uma diversidade cultural abrangente, o que tentou se fazer por muitos anos, foi justamente uma podaço dessa diversificação cultural, histórica e ideológica, deixando de lado riquezas que não eram consideradas ideais, ou que não tinham privilégio social que apenas poucos tinham. Os excluídos desses “letramentos”, foram deixados de lado, por não serem considerados alfabetizados, no entanto, Paulo Freire (2005), aqui no Brasil, trouxe uma proposta de incluir os “excluídos” dentro da perspectiva educacional, o que gerou estranheza e duvidas até hoje presentes em muitos educadores; afinal, o que é ser letrado? Existem excluídos? O que é um texto ideal, para quem é “excluído”? O que se busca ensinar com leituras? As vozes daqueles que foram excluídos por muitos anos, começam a ganhar espaço, afinal, “até metade do século passado, para ser considerado alfabetizado, bastava assinar o próprio nome” Rojo (2010), hoje essa perspectiva de alfabetização e letramento, embora estejam mais claras e mais bem definidas, ainda há uma forte resistência quanto a quem é alfabetizado ou letrado.

A escola como lugar de educação formal que é não pode mais em tempos atuais ignorar os conhecimentos trazidos pelos alunos, para que não continue a existir uma perpetuação desse pensamento egocêntrico de que só o que se aprende na escola e nos livros é o ideal ou o utilizável, à vida. Faz-se necessário mais reflexões e mais (re)definições por parte dos estudiosos sobre o que deve ser valorizado, como fez Paulo Freire em PEDAGOGIA DO OPRIMIDO de 1996, quando ouviu aqueles “excluídos” de Angicos.

Há autores que dizem que a escola deve trazer aquilo que não é comum aos alunos para a possibilidade de aumento do capital cultural, tornando-se um lugar desafiador, trazendo o novo e a

ajuda na compreensão do dia a dia da sua essência. Saviani (1997), referendado por Ferreira Jr. (2012), por sua vez diz que:

... o ponto de partida do conhecimento escolar deve ser a cultura popular que já se encontra no cotidiano dos alunos, o que ocorrerá, muitas vezes, é que os alunos tenham que ser despertados por ela. Afirmamos isso diante de uma invasão que temos na indústria cultural material de outras culturas, e que obliteram e especificidades da cultura popular transformando-a em simples mercadoria.

A indústria quer determinar quem sabe ler, quem é mais ou menos importante no mundo dos “letramentos”, ou da alfabetização, embora seja imprescindível uma nomeação da cultura escrita, a ausência dele não pode e não deve tornar alguém melhor ou pior em seus reconhecimentos sociais. Essa é uma luta de integração, de valorização de resistência política, ninguém pode ser marginalizado porque não domina o alfabeto, e ninguém pode considerar-se melhor, mais incluído porque as domina. A escola deve partir dos saberes trazidos pelos estudantes e leva-los à outros saberes, e não dizer o que deve ir mais longe, esse definição não cabe dentro de uma escola, ou pelo menos; não deveria caber, "afinal saberes se constroem num entorno social, com o que está dentro e fora da escola" (GONSALVES, 2014:17).

A questão aqui não é apenas de saber ou não ler, saber ou não escrever, saber ou não fazer o próprio nome, tudo isso é fundamental, mas não só, faz-se necessário dar valor aos conhecimentos que não estão na escola, que não estão nos livros, que não são considerados “letramentos”, embora, saibamos que os são, como salienta Rojo (2010). Ora, quem sabe quais conhecimentos devem e podem ser valorizados, pensados, estimulados, muitas vezes são apenas alguns educadores, apenas alguns poucos que respeitam e buscam validar e (re) significar as diversidades de identidades, de gêneros, de etnias, de culturas, de religião, como propõe Hall (2015). Também não se está dizendo aqui que não se deve trabalhar conteúdos dos livros, conteúdos tidos como “essenciais”, mas a de se pensar quais livros, aqueles que são produzidos por empresas que estão localizadas no sul e sudeste do país e que mal citam tópicos referentes ao norte, nordeste, ou qualquer outro centro rural ou urbano de maneira representativa e válida. Todos os saberes são importantes, mas parece que há quem pense que apenas os saberes cristalizados pelas minorias que detém o poder social, histórico e econômico, são os ideais. É preciso resistir a tal prática e dar ouvidos, as vozes dos que têm seus saberes desprezados ou negados, respeitar os letramentos vindos de populações indígenas, quilombolas, praieiras, por exemplo. Todos esses saberes são altamente relevantes e fazem parte da

nossa identidade cultural e histórica, e deve ser trabalhados em sala de aula e fora dela também, ou como diz Saviani, a partir dela, ou de outras dependendo de qual contexto a escola está inserida.

A escola é o lugar onde deve se usar as diferenças para aprofundar conhecimentos e diversificar os saberes, sem ocultá-los ou ranquear os que são mais ou menos relevantes, gêneros textuais variados e sobre diversos assuntos devem ser trazidos a escola de forma instigadora e reflexiva. Isso pode ser feito de maneiras diferentes, de acordo com o ambiente escolar, os educandos e a proposta do planejamento escolar.

Por isso, é preciso entender que essas pessoas que tem outros tipos de saberes, também são letradas, também carregam consigo conhecimentos de valor e de alta complexidade que não devem ser desprezados ou abandonados. Talvez elas não sejam letradas para a vida em sociedade “digitalizada”, no entanto, deve-se lembrar de que por vezes não se é letrado em tudo, e é impossível sê-lo; um fuzileiro naval pode não ser letrado em pintura, assim como, os pintores podem não ser letrados na arte dos mares, doravante, todos os saberes são considerados letramentos, pois fazem parte da composição das identidades, da cidadania. Não somos iguais e devemos valorizar essas diferenças dentro das salas de aulas e dos textos que escolhemos para trabalhar com nossos alunos, para que não colaboremos com a “teoria” da homogeneidade, omitindo culturas, saberes e valores trazidos pelos alunos.

Os textos podem pertencer a infinitos gêneros textuais, no entanto, escolhemos um gênero que quase nunca é visto nas salas de aula, exceto, na educação infantil, como uma “brincadeira de criança”, a ciranda, que é um gênero textual oral e acompanhada por dança e música, típica de Pernambuco. Pode servir como um levante para debates da posição dos pescadores e suas famílias dentro da escola e sua importância para a sociedade como um todo. A ciranda é originada mais precisamente na Ilha de Itamaracá, litoral norte, através das mulheres de pescadores que cantavam e dançavam esperando eles chegarem do mar. Caracterizam-se pela formação de uma grande roda, geralmente nas praias ou praças, onde os integrantes dançam ao som de ritmo lento e repetido.

O ritmo, quaternário simples, lento, com o compasso bem marcado por um toque grave da zabumba (ou bumbo) na cabeça do compasso e toques abafados nos outros tempos, acompanhado pelo tarol, o ganzá, o maracá, é coreografado pelo movimento dos cirandeiros. São utilizados basicamente instrumentos de percussão. Na marcação da zabumba, os/as cirandeiros/as pisam forte com o pé esquerdo à frente. Num andamento para a direita na roda de ciranda, os dançarinos dão dois passos para trás e dois passos para frente, sempre marcando o compasso com o pé esquerdo à

frente. Os passos podem ser simples ou coreografados. Esse movimento remete as ondas do mar e as mãos dadas remetem a importância de todos os lados, não sendo ninguém mais importante na roda, todos tem a mesma função e o mesmo valor.

As coreografias, quando há, são individuais. O dançarino pode aumentar o número de passos e fazer coreografias com as mãos e o corpo, sempre mantendo a marcação com o pé esquerdo à frente. A ciranda é uma dança coletiva que não tem preconceito quanto ao sexo, cor, idade, condição social ou econômica dos participantes, assim como não há limite para o número de pessoas que dela podem participar. Começa com uma roda pequena que vai aumentando, à medida que as pessoas chegam para dançar, abrindo o círculo e segurando nas mãos dos que já estão dançando. Tanto na hora de entrar como na hora de sair, a pessoa pode fazê-lo sem o menor problema. Quando a roda atinge um tamanho que dificulta a movimentação, forma-se outra menor no interior da roda maior. A letra da ciranda pode ser improvisada ou já conhecida. De melodia simples e normalmente com estribilho, para facilitar o acompanhamento, é entoada pelo mestre cirandeiro, acompanhada pelos tocadores e pelos dançarinos.

O/A mestre cirandeiro (a) é o/a integrante mais importante da ciranda, cabendo a ele/ela "tirar as cantigas" (cirandas), improvisar versos, tocar o ganzá e presidir a brincadeira. Ele utiliza um apito pendurado no pescoço para ajudá-lo nas suas funções. O contra-mestre pode tocar tanto o bombo quanto a caixa e substitui o mestre quando necessário. As músicas podem ser as já decoradas, improvisadas ou até canções comerciais de domínio público transformadas em ritmo de ciranda. Podem-se destacar três passos mais conhecidos dos cirandeiros: a loa ou onda, o sacudidinho e o machucadinho. Alguns dançarinos criam passos e movimentos de corpo, mas sempre obedecendo a marcação que lhes impõe o bombo. Não há figurino próprio. Os participantes podem usar qualquer tipo de roupa e pode ser dançada durante todo o ano. RABELLO (1988:57)

Esses são alguns dos conhecimentos que não transitam com facilidade nas escolas, já que se tem a ideia de que se deve aprender apenas aquilo que algumas poucas pessoas consideram como certo, ou ideal, como em:

(...) nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todas os conteúdos referenciais. Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a

variedade “cultura” ou “padrão”, considerada geralmente a língua (...). A língua padrão é o sistema comunicativo ao alcance reduzido dos integrantes de uma comunidade. GNERRE (1985:6)

Talvez, por conta dessa colocação de Gnerre, e de toda a história de colonização de “desculturação” do país, ainda pensemos e formemos professores e alunos que pensam que conhecimento válido é aquele que está nos livros e revistas de maneira impressa dita como correta pelas elites brancas e de poder econômico elevado.

Em Pernambuco a ciranda tomou uma nova configuração com Lia de Itamaracá, como ficou conhecida a filha de um agricultor e de uma empregada doméstica, nasceu e se criou na Ilha, ao lado de seus 13 irmãos, seu nome de batismo é Maria Madalena Correia do Nascimento, e é considerada Patrimônio Cultural Vivo de Pernambuco. Desde a década de 1980, trabalha como cozinheira de escola estadual na Ilha de Itamaracá. Gravou em (2008) Ciranda de ritmos – CD - (2000) Eu sou Lia • Ciranda Record • CD - (1977) A rainha da ciranda • LP. O intrigantemente ela não tem nada anotado, todas as músicas de autoria dela, são “gravadas” na memória.

Uma das canções que Lia de Itamaracá interpreta foi gravada em 2000 em “Rainha da Ciranda” e diz assim:

Eu sou Lia da beira do mar
Morena queimada do sal e do sol
Da Ilha de Itamaracá

Quem conhece a Ilha de Itamaracá
Nas noites de Lia
Prateando o mar
Eu me chamo Lia e vivo por lá

Cirandando a vida na beira do mar
Cirandando a vida na beira do mar

Vejo o firmamento, vejo o mar sem fim
E a natureza ao redor de mim

Me criei cantando
Entre o céu e o mar

Nas praias da Ilha de Itamaracá
Nas praias da Ilha de Itamaracá

As letras das cirandas interpretadas por Lia de Itamaracá são letras que engrandecem a negritude, as origens do mar e o ritual dos pescadores, a valorização da sua cultura pesqueira. Que também são conhecimentos sólidos e passados de geração em geração. Assim, como a ciranda, temos em Pernambuco, por exemplo, o coco de roda, o maracatu, o frevo, e tantas outras manifestações culturais em gêneros orais que podem ser elevadas a categoria de material de aula, para construção de saberes diversos que compõem a sociedade pernambucana em todos os lugares do Estado, e fora dele, bem como em todas as escolas, sejam elas, públicas ou privadas. Como dissemos anteriormente, as letras podem ser improvisadas, pode-se, depois de uma imersão na forma como se faz “ciranda”, pedir que os alunos formem suas rinhas de ciranda. A intensão, não é que eles sejam “especialistas” em cantar ciranda, mas que conheçam, mergulhem nessa manifestação, entendam que existem diversas formas de comportamento, que não são apenas, aquelas que estão nos livros didáticos, ou aquelas que passam nos canais de TV aberta.

Não estamos querendo dizer que todos precisam conhecer infinitamente todos os textos, mas diante de diversas possibilidades de valorizar os saberes populares locais/regionais, seria uma barbárie escanteá-los e continuar contribuindo com a opressão velada.

Por fim, consideramos válido, usamos a ciranda como uma das formas instigantes para alavancar as aulas de leitura, para que nossos alunos entendam que ser letrado, não é desprezar os diversos tipos de conhecimentos que, por vezes são excluídos das pautas dos livros, mas que todas as formas de manifestação cultural, fazem parte da construção das identidades, por isso devem ser estudadas, conhecidas, valorizadas e principalmente respeitadas.

REFERENCIAS

BRINCANTES. Recife: PCR, **Fundação de Cultura Cidade do Recife**, 2000. p. 108-112.

DICIONÁRIO CRAVO ALBIM DE MUSICA POPULAR BRASILEIRA.
<http://dicionariompb.com.br/lia-de-itamaraca/dados-artisticos> Acesso em 14 de dezembro de 2016

GONSALVES, Elisa Pereira. **Educação e Curva Pedagógica**. Campinas; SP Ed. Alínea, 2014

GNERRE, Maurizio. Linguagem, discurso e Poder. São Paulo; Martins Fontes, 1985

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. 12ªed. Rio de Janeiro. Lamparina, 2015

LIMA, Claudia. **História Junina**. Recife: PCR, Secretaria de Turismo,. Edição Especial. 1997

Língua Portuguesa: Ensino Fundamental / Coordenação, Egon de Oliveira Rangel e Roxane Rojo
– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção Explorando o Ensino; v19)

Literatura: Ensino Fundamental / Coordenação, Aparecida Paiva, Francisca Maciel, Rildo Casson.
– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção Explorando o Ensino; v.20)

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Danças folclóricas**. São Paulo: Universidade Mackenzie, 1980. p. 47-51.

RABELLO, Evandro. Ciranda. In: SOUTO MAIOR, Mário; VALENTE, Waldemar (Org.).
Antologia Pernambucana de folclore 1. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988. p. 55-61